



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÈDIO, TÉCNICO
E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

MARIA JAILMA DE SOUSA ARAÚJO

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Catolé do Rocha – PB
2014

MARIA JAILMA DE SOUSA ARAÚJO

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Ma. Francineide Pereira Silva

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658p Araújo, Maria Jailma de Sousa.
A prática da Educação Física no Ensino Fundamental
[manuscrito] : / Maria Jailma de Sousa Araújo. - 2014.
48 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Francineide Pereira Silva, Secretaria de Educação à Distância".

1. Educação Física. 2. Criança. 3. Brincar. 4. Atividade. I.
Título.

21. ed. CDD 372.86

MARIA JAILMA DE SOUSA ARAÚJO

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Banca Examinadora:

Francineide Pereira Silva

Prof.^a Ma. Francineide Pereira Silva UEPB/Campus IV
Orientadora

Ariane Bênicio

Prof.^a Ma. Ariane Kercia Bênicio de Sá Barreto UEPB/Campus IV
Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sempre me dar forças e iluminar meu caminho, não me deixando fraquejar nos momentos de dificuldades.

A professora Francineide Pereira pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos meus pais e demais familiares, pela compreensão por minha ausência nos finais de semanas.

Aos professores do Curso da UEPB, que contribuíram ao longo destes meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Aos alunos da minha querida Cidade de Mato Grosso localizada num recantinho da Paraíba.

Educar é viajar pelo mundo do outro sem nunca penetrar nele. É usar o que passamos para nos transformar no que somos. O excelente mestre não é o que mais sabe, mas o que tem consciência do que não sabe. Não é o viciado em ensinar, mais o mais avido em aprender. Não é o que declara os seus acertos, mas o que reconhece suas próprias falhas. Não é o que deposita informações na memória, mas que expande a maneira de ver, de agir e ser.

AUGUSTO CURY

RESUMO

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a educação brasileira deve estar estruturada em três etapas: Educação Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Fundamental (9 anos) e Ensino Médio (3 anos). E em todas essas etapas o ensino da Ed. Física é obrigatório. Não apenas a LDB mais o ECA (estatuto da criança e do adolescente) também deixa clara essa obrigatoriedade dizendo que a criança e o adolescente tem direito a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer. O brincar da escola é de suma importância e se diferencia ao brincar de casa por serem trabalhados com objetivos e não brincar por brincar. A prática da educação física nas escolas públicas de Mato Grosso - PB, ocorrem principalmente por meio do esporte, as crianças são incentivadas a competição nos jogos chegando até ocorrer campeonatos, dentre os esportes destaca-se o futebol e o handebol feminino e masculino. A fundamentação teórica foi embasada nos seguintes: OLIVEIRA (2010); FARIAS JÚNIOR ET AL. (2012); VEIGA (2002); LIBÂNEO (1986); FERNANDES (2009); BRASIL (1999); ARRUDA (2008); dentro de outros teóricos. A metodologia utilizada foi à qualitativa/descritiva, com participação/observação durante o estágio supervisionado. A discussão desta temática é uma problemática do cotidiano da escola.

Palavras chaves: Educação física, criança, brincar, atividade.

ABSTRACT

According to the LDB (Law of Directives and Bases of Education), the Brazilian education should be structured in three stages: Early Childhood Education (daycare and preschool), elementary school (9 years) and High School (3 years). And in all these stages the teaching of Physical Ed is required. Not just more BDL ECA (status of children and adolescents) also makes clear this requirement saying that the child and adolescent has the right to education, culture, sport and leisure. The play school is paramount and differentiates the play house to be addressed with goals and not play by play. The practice of physical education in the public schools of Mato Grosso - PB, occur mainly through sports, children are encouraged competition in the games coming up championships take place among the sports highlight was the football and women's and men's handball. The theoretical framework was based on the following: OLIVEIRA (2010); FARIAS JR ET AL. (2012); Veiga (2002); Libâneo (1986); FERNANDES (2009); BRAZIL (1999); Arruda (2008); within other theoretical. The methodology was qualitative / descriptive, with participation / observation during supervised training. The discussion of this issue is a problem of everyday school life.

Key words: physical education, child, play, activity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A GESTÃO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA	10
1.1 A escola e o aluno da educação infantil	13
1.2 A escola e o aluno da educação fundamental.....	16
2 UM OLHAR SOBRE A ESCOLA - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM FOCO	19
3 A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL	22
3.1 - Educação física escolar e a lei de diretrizes e bases da educação (9394/96).....	26
3.2 - Educação física escolar do ensino fundamental, quem deve aplicar? ...	27
3.3 - Característica Faixa etária do aluno do fundamental	30
3.4 - Valor e benefícios da atividade Física	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
5 REFERÊNCIA	35

INTRODUÇÃO

No momento em que a Educação Física foi inserida nas escolas brasileiras educadores tentaram convencer os familiares de alunos de sua importância. Com esta finalidade criamos argumentos e elaboramos propostas de trabalho, sempre acompanhando a conjuntura política e social vivida pelo país e pelo sistema educacional. Primeiramente, procuramos defender a melhoria da saúde e da raça. Depois enfatizamos sua capacidade de disciplinar as pessoas. Durante a década de 1970 o enfoque estava no preparo para o esporte.

Com a industrialização e o crescimento desordenado das áreas urbanas, as autoridades de saúde passaram a ter uma maior preocupação com o impacto de um novo estilo de vida sobre a saúde da população, especialmente, em relação às práticas de atividade física associadas à saúde e ao bem-estar das crianças e dos adolescentes (FERNANDES et al., 2009; FARIAS et al., 2011).

Sabe-se que a inatividade física resulta em maior custo econômico para a sociedade, sendo considerado um problema de saúde pública, como já foi comprovado em diversos estudos (HALLAL et al., 2006; FARIAS JÚNIOR et al., 2012). Diferentes estudos demonstram que este fator de risco está associado à obesidade, hipertensão, estresse, ansiedade, que pode levar o indivíduo a uma morte prematura (OLIVEIRA, 2010). Conforme o autor, a atividade física tem importância na vida do indivíduo em sociedade, evitando certos fatores de risco ligado ao álcool, drogas e tabagismo, concorrendo assim para uma convivência saudável. Portanto, a escola poderá contribuir na educação para a saúde, fazendo com que o escolar possa aumentar seus níveis de atividade física no ambiente extraescolar.

Para isso, precisa-se desenvolver uma potência aeróbica nestas crianças e adolescentes, que de acordo com Arruda et al. (2008) o valor da potência aeróbia ocorre quando um indivíduo torna-se apto a um treinamento de grande nível, permitindo recuperação entre duas ou mais ações. Vale destacar que nos estudos com jovens, é possível verificar a relação com o crescimento físico e maturação biológica.

Para que isso ocorra é necessário que a escola desenvolva juntamente com os alunos e professores um treinamento adequado, possibilitando desta forma um estilo de vida mais saudável para estes adolescentes, pois segundo Matsudo e

Matsudo (2005), o estilo de vida fisicamente ativo pode atuar como forma de prevenção, controle, tratamento ou reabilitação, proporcionando desta forma diversos benefícios para a saúde.

Com isso, a inatividade física dos adolescentes nas escolas está tornando-se motivo de preocupação e de grande relevância, não só para os professores de Educação Física, mas também para a escola, a sociedade, e as autoridades de saúde, já que a forma como as pessoas vivem na infância tem influencia na sua vida adulta, o que vem a levar não apenas cientistas, mas muitas pessoas a pesquisar e avaliar alternativas que possam conscientizar os alunos, a escola, a sociedade e as autoridades da importância da atividade física para crescimento saudável e desenvolvimento social destes alunos, buscando com isso reduzir ou até eliminar a inatividade física da vida destes adolescentes, pois o pouco tempo que é destinado as aulas práticas de Educação Física, pode ser considerado um dos fatores que podem explicar os baixos níveis de atividade física habituais em crianças e adolescentes (TOIGO, 2007).

Outros fatores como, a disponibilidade de tecnologia, o aumento da insegurança e diminuição dos espaços livres para a prática de atividade física, que acabam por levar as crianças e os adolescentes a procurarem outras formas de lazer como assistir televisão, jogar vídeo games e utilizar computadores, tornando-os cada vez mais inativos, contribuindo desta forma também para um estilo de vida menos ativo (LAZZOLI et al., 1998).

Meu trabalho esta dividido em três capítulos, sendo que o primeiro é desenvolvido avaliando a gestão escolar nas escolas públicas, o segundo faz uma análise sobre o ensino fundamental baseando em estágio realizado nas escolas do município de Mato Grosso, na terceira e última parte far-se-á um estudo teórico e prático sobre a educação no início do ensino básico.

1 A GESTÃO ESCOLAR NA ESCOLA PÚBLICA

Veiga (2002, p. 18): “a gestão democrática, no interior da escola, não é um princípio fácil de ser consolidado, pois se trata da participação crítica na construção do projeto político-pedagógico e na sua gestão. ”

Realizei o meu estágio sobre gestão escolar, na Escola Municipal Maria Isabel de Araújo – Mato Grosso-PB naquela instituição de ensino pode constatar um verdadeiro compromisso do gestor escolar e sua equipe. É realizado um trabalho conjunto em prol do bem estar do aluno.

A Administração Escolar, em sua forma democrática e cooperativa, não é algo pronto, que se possa aplicar como uma receita (...). Embora se tenha presente que a autoridade deve ser compartilhada por todos, o que supõe formas coletivas ou colegiadas de gestão escolar, não é possível estabelecer a priori, com precisão, qual a forma mais adequada dessa administração. (HORA, 2007, p. 91)

A gestão escolar se constrói paulatinamente dentro da escola, conscientizando o grupo de trabalho. Deval (2003, p.49) "A participação em uma sociedade democrática como membro responsável exige que se produzam mudanças e renovações na organização da escola, assim como modificações na função dos professores"

A gestão democrática na escola supracitada, apresenta um compromisso social-político, onde o interesse de todos que permanece, por mais que estejam além dos limites institucionais, pois para que se obtenha resultados satisfatórios, é necessário que a comunidade interna da escola esteja socializada com a comunidade externa. “[...] de como, quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e de como, quando se menos falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática”. (SAVIANI, 2000, p. 36)

Sabe-se que é fundamental a contribuição da escola para a sociedade em geral, pois faz com que o indivíduo compreenda o mundo, perceba a importância da sua relação com a sociedade e a necessidade de se exercer a cidadania, para que se tenha um mundo melhor.

Contudo, nota-se que a escola precisa ter uma administração coletiva, onde exista a participação de toda a comunidade escolar nas decisões do processo

educativo, desenvolvendo assim, a democratização das relações que existem na mesma facilitando bastante o desempenho administrativo pedagógico da instituição. O administrador por sua vez, deverá estar ciente do seu papel administrativo, o qual deve ter uma dimensão política, com a ação participativa, deixando de ser autoritário burocrático e alienado.

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 compuseram o cenário jurídico e legal, ao determinarem a gestão democrática da escola como princípio na forma da lei. Porém, as conquistas que orientam os atores educativos são obtidas na vivência diária do cotidiano escolar, quebrando as esferas fechadas das estruturas democráticas do sistema e as barreiras do pensamento de alguns, acostumados à ação centralizadora e às rotinas autoritárias.

A democratização tem ligação com o espaço onde trabalhamos. Criar e organizar espaços de beleza, de atitude estética, potencializando a atividade criadora do educador e educando. Este é o espaço do sujeito cultural. Nesse aspecto cabe ao educador criar e organizar ambientes para que os alunos se sintam sujeitos de cultura, sujeitos criativos. “Resgatar a capacidade dos jovens de criar, vivenciar e expressar o potencial artístico para redescobrir e reinventar sua forma de viver e compreender o mundo com todas as suas limitações e possibilidades.” (HORA, 2007, p. 16)

Ao refletir sobre a função social da escola, seria possível começar pela pergunta: que articulações existem entre a escola e cidadania? A esse respeito faz sentido a afirmação de Canivez:

Se toda comunidade política se caracteriza pela coexistência de várias tradições, a escolaridade tem significado particular. A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (CANIVEZ, 1991: p.33).

Há, pois, uma estreita articulação entre as relações de convivência social instituídas pela escola e a cidadania. Ou seja, é no exercício da vivência entre os seres diferentes que se aprendem normas, sem as quais não sobrevive a sociedade. Mas, por certo, não é apenas para a convivência social e para a socialização que

existe a escola. Ela surge da necessidade que se tem de transmitir de forma sistematizada o saber acumulado pela humanidade. Na chamada sociedade do conhecimento este papel tende a assumir uma importância sem precedentes. Outro aspecto a assinalar é que a escola é uma instituição datada historicamente. Ou seja, cada sociedade, cada tempo forja um modelo escolar que lhe é próprio. Este por sua vez, é atravessado por marcas e interesses diferenciados. Sobre o assunto é oportuno observar que:

A prática escolar consiste na concretização das condições que asseguram a realização do trabalho docente. Tais condições não se reduzem ao estritamente “pedagógico”, já que a escola cumpre funções que lhe são dadas pela sociedade concreta que, por sua vez, apresenta-se como constituída por classes sociais com interesses antagônicos. A prática escolar, assim, tem atrás de si condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções do papel da escola e, conseqüentemente diferentes pressupostos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professoras – aluno, técnicas pedagógicas, etc. (LIBÂNEO, 1986:19).

As funções políticas e sociais da escola são também atravessadas pelos interesses das classes sociais. Nessa perspectiva, é interessante situar a contribuição de tendências, que resultaram em diferentes concepções do papel da escola e, conseqüentemente, de sua função política e social na construção da cidadania. Este foi um tema predominante do debate sobre a educação no Brasil, nos anos oitenta que permitiu, através de diferentes tipificações, compreender o papel da escola, segundo demandas que surgem em distintos contextos.

A Escola em análise conduz a comunidade escolar a participar de eventos, como: comemorações do dia da cidade e desfile de 7 de setembro. Há também comemoração de datas ligadas a família dentre as quais pode-se destacar: Dia das mães, Dia dos pais, Dia do estudante. Todas essas festividades tem a finalidade de trazer a família para a escola, facilitando a relação família X escola.

O ser humano é eminentemente social: ele não vive isolado, mas em contínua interação com seus semelhantes. Nas interações humanas, ambas as partes envolvem-se mutuamente, uma influenciando a atitude que a outra irá tomar, e vice-versa. Devido às suas limitações individuais, os seres humanos são obrigados a cooperarem uns com os outros, formando organizações para alcançar objetivos. A organização é um sistema de atividades conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas. A cooperação entre elas é essencial para a existência da organização. (CHIAVENATO, 1993, p.20)

Portanto a gestão trabalha corretamente quando leva a escola a comunidade e a comunidade a escola, de uma vez que preparamos o indivíduo para a vida, ou seja, para conviver bem na comunidade como cidadão crítico e consciente dos problemas que afligem a sociedade local, tomando consciência dos valores da referida sociedade.

1.1 A escola e o aluno da educação infantil

Realizei o meu estágio de Educação Infantil na Escola Municipal “Maria Isabel de Araújo”, onde pude observar, um bom desempenho da mestra, que trabalha com recorte colagem, pintura música e alguns jogos. A professora usa DVD educativo, entretanto a professora não explora os conhecimentos oferecidos pelo referido DVD.

Quanto ao aspecto legal vale destacar que a expressão educação infantil e sua concepção está agora na lei maior da educação do país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20 de dezembro de 1996. Se o direito de 0 a 6 anos à educação em creches e pré-escolas já estava assegurado na Constituição de 1988 e reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a tradução deste direito em diretrizes e normas, no âmbito da educação nacional, representa um marco histórico de grande importância para a educação infantil em nosso país.

A Educação Infantil estará voltada para crianças de 0 a 6 anos de idade. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de forma geral, frisando necessariamente seus aspectos psicológico, intelectual e social. Hoje em dia, é um direito assegurado e garantido pela Constituição Federal de 1988, confirmada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069/1990) e também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96, art. 29).

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. (CF, art. 227, 1988).

Como se pode ver, a educação infantil é um direito assegurado por lei. Dessa forma é um dever das instituições de Educação Infantil facilitar o acesso e permanência dessas crianças na escola, bem como o de oferecer condições para que, ali, as práticas pedagógicas se voltem para o seu desenvolvimento integral. Não restam dúvidas que essa etapa da Educação Infantil é uma etapa muito importante, pois nela a criança está em constante desenvolvimento.

Para Eibel (2005, p. 4):

Os primeiros anos de vida são anos verdadeiramente de educação. Segundo as ciências que estudam o desenvolvimento infantil, a construção da inteligência e a aquisição da aprendizagem, bem como a aquisição de habilidades, de valores e das atitudes, são desenvolvidas nesta fase e servem para toda a vida. (EIBEL, 2005, p. 4).

Assim, acredita-se ser possível dizer que a Educação Infantil é a base da formação do indivíduo e por isso mesmo deve estar impregnada de valores que irão acompanhar o indivíduo ao longo da sua vida. Sua finalidade e sua importância residem, portanto, no fato de que oferecem à criança a possibilidade de um desenvolvimento integral.

Contudo, há que se deixar claro que a educação dada na escola em nada substitui a educação de casa, sendo esta de inteira responsabilidade da família. Escola e família devem, juntas, lado a lado, contribuir para que a criança tenha um desenvolvimento saudável.

Em relação a minha prática em sala, como estagiária consegui despertar o interesse da criançada principalmente por meio de jogos e brincadeiras, encantando o alunado, que demonstraram entusiasmo pelo lúdico.

[...] a brincadeira oferece “situação de aprendizagem delicada”, isto é, o educador precisa ser capaz de respeitar e nutrir o interesse da criança, dando-lhe possibilidades para que envolva em seu processo, ou do contrário perde-se a riqueza que o lúdico representa. Neste sentido é responsabilidade do educador, na educação infantil, ajudar a criança a ampliar de fato, as suas possibilidades de ação. Proporcionando à criança brincadeiras que possam contribuir para o seu desenvolvimento psicossocial e conseqüentemente para sua educação. (CUNHA, 1994, p. 18)

Diante do pensamento de cunha percebi que a professora da escola na qual estagiei caminha conforme os princípios da pedagogia moderna. Tentando fazer com que as crianças aprendam brincando, de forma prazerosa aprendendo a gostar

da escola. A professora sempre atende individualmente aos alunos que apresentam dificuldade; pois não há atividades diferenciadas. Não é difícil o trabalho conforme a pedagogia moderna, porque a escola dispõe de recursos tecnológico e diversos materiais como material dourado para o ensino de Matemática.

Educação Infantil na atual Constituição - A educação e o cuidado na primeira infância vêm sendo tratados como assuntos prioritários de governo, organismos internacionais e organizações da sociedade civil, por um número crescente de países em todo o mundo. No Brasil, a Educação Infantil - isto é, o atendimento a crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas - é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988. A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica.

Nesse sentido, várias pesquisas realizadas nos anos de 1980 já mostravam que os seis primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano, e para a formação da inteligência e da personalidade; entretanto, até 1988, a criança brasileira com menos de 7 anos de idade não tinha direito à Educação. A Constituição atual reconheceu, pela primeira vez, a Educação Infantil como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. A partir daí, a Educação Infantil no Brasil deixou de estar vinculada somente à política de assistência social, passando, então, a integrar a política nacional de educação.

A Constituição Federal criou a obrigatoriedade de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, em seu artigo 208, inciso IV. Entretanto, até a presente data, esse sonho do legislador constituinte de 1988 ainda não virou realidade.

O artigo 211, § 2º, dispõe que os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Para tanto, preceitua o artigo 212 que a União aplicará na educação, anualmente, nunca menos de 18% (dezoito por cento), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências. Estabelece, ainda, no artigo 23, inciso V, a competência comum de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência e, destes entes político-administrativos, somente os Municípios estão impedidos de legislar sobre Educação e proteção à infância, segundo dispõe o seu artigo 24, incisos IX e XV, respectivamente.

Através do artigo 209, incisos I e II, submete as instituições educacionais privadas que atendam crianças de zero a seis anos de idade, à supervisão e fiscalização do Poder Público. Tal regra encontra ressonância no artigo 22, inciso XXIV, que dispõe sobre a competência legislativa privativa da União de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

1.2 A escola e o aluno da educação fundamental

A Escola Municipal “Maria Isabel de Araújo” na qual realizei o meu estágio correspondente ao ensino fundamental, esta localizada na comunidade de Logradouro II, no município de Mato Grosso – PB. A mesma faz parte da rede municipal de ensino, oferecendo Ensino Infantil e Ensino Fundamental – I. É uma escola multiseriada que trabalha com crianças do campo e educando para o campo.

Percebe-se porém que com o passar dos anos e diante da negligência do Estado em relação as escolas rurais, as próprias comunidades começaram a se organizar e criar escolas para garantir a educação de seus filhos com apoio de movimentos sociais e organizações do povo do campo, entretanto este não é o caso das escolas rurais do município de Mato Grosso, onde o poder municipal, se faz presente em todas as comunidades.

A escola do meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro. (...) o debate da relação campo-cidade perpassa todas as reflexões da educação do campo. (...) Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p. 10-11)

A educação do campo torna-se neste contexto um grande desafio que expressa os interesses dos brasileiros que vivem e trabalham no campo. Essa educação realiza-se em conjunto do povo do campo e dos movimentos sociais, que apoiam buscando melhorias que elevem o nível educacional dessas comunidades. Vistos de forma integrada e articulada, tais aspectos da prática pedagógica implicam numa concepção de educação subjacente que, defendemos, seja voltada à realidade dos povos do campo, à valorização de seus saberes e à integração social, política e cultural entre escola e comunidade.

Para Mauri (2002, p. 85) citado por DUK (2006, p. 22):

O professor (a) deve ser capaz de inovar cotidianamente a partir de sua experiência de sala de aula, com o objetivo de aperfeiçoar e desenvolver sua prática de ensino, mediante processos de reflexão e pesquisa da própria ação. A reflexão de análise da prática baseia-se em uma permanente construção da realidade, o que implica contínua interação entre os conhecimentos que os docentes possuem e a realidade na qual atua.

A escola em análise evita a rotina cotidiana, mesmo sendo uma escola do campo ela procura inovar com o uso dos meios tecnológicos e pedagógicos, pois dispõe de 04 computadores, 01 TV, 01 DVD, 01 mimeógrafo, como também uma biblioteca com livros infantis, jogos educativos, material dourado, blocos lógicos, alfabeto numérico, jogo de xadrez. O uso desses recursos é inserido no plano mensal da escola que tenta construir um ensino ligado as novas tecnologias.

Observei que no planejamento há um momento de reflexão e avaliação sobre a prática pedagógica e através de debates com a participação do coordenador pedagógico e da secretaria de educação são decididas as formas mais adequadas para trabalhar em uma turma multiseriada.

O alunado frequenta corretamente a escola e participa dos eventos por ela promovidos, pois a escola procura se integrar a comunidade convidando-os para comemorações como dia dos pais, dia do estudante, dia das mães, dia das crianças e eventos cívicos como o 7 de setembro.

As crianças são preparadas para a vida social no campo, pois este é o objetivo imediato da escola pública: “manter o homem na terra”. A escola multiseriada proporciona o domínio dos conhecimentos sistematizados e saberes da terra. Durante a minha observação constatei que a escola tem os recursos suficiente para funcionar bem. Sendo beneficiada pelos programas PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), PNBE (Programa Nacional da Biblioteca da Escola).

Após o término do meu estágio na escola Municipal “Maria Isabel de Araújo” constatei que há muito se discutir sobre a necessidade de se estabelecer padrões de ensino diferenciados nos setores urbano e rural. A educação como instrumento de alfabetização e de formação poderá contribuir para inibir o processo migratório dos jovens residentes no setor rural para zona urbana, pois o êxodo rural é uma problemática do município de Mato Grosso.

Quando as famílias mudam de residência na expectativa de melhorias de vida, e para educar os filhos, não há mais como retornar ao seu ambiente rural de trabalho. A cidade pode oferecer serviços de saúde, educação de segundo grau, diversão e lazer, mas, não oferece oportunidades de empregos para os trabalhadores egressos do campo. Esta situação tende a se agravar, em razão da baixa geração de novos empregos por parte das economias dos municípios do sertão paraibano.

Com certeza um sistema educacional voltado para atender a população alfabetizável da zona rural, com propostas de formação de mão de obra com a finalidade de introduzir novas práticas agrícolas no campo, sem dúvida barrará o movimento migratório da população jovem em direção aos centros urbanos, onde, reafirmo o mercado de trabalho sequer atende a demanda por trabalho da população jovem local.

Posto isso, pode-se dizer que a educação com a dupla finalidade de educar e formar o jovem para o exercício do trabalho, em particular na zona rural, é o caminho mais curto para gerar promoção social, econômica, no próprio ambiente comunitário onde vivem os alunos e suas famílias e ainda evitar que as periferias das cidades sejam tomadas por pessoas desempregadas originárias da zona rural.

2 UM OLHAR SOBRE A ESCOLA - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL EM FOCO

Ensino fundamental é o nome dado a uma das etapas da educação básica no Brasil. Tem duração de nove anos, sendo a matrícula obrigatória para todas as crianças com idade entre seis e 14 anos. A obrigatoriedade da matrícula nessa faixa etária implica a responsabilidade conjunta: dos pais ou responsáveis, pela matrícula dos filhos; do Estado pela garantia de vagas nas escolas públicas; da sociedade, por fazer valer a própria obrigatoriedade.

“É importante destacar que a ampliação é uma determinação da Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Para o seu cumprimento, o MEC e o CNE têm tomado todas as providências necessárias no sentido de apoiar os estados e municípios. Vale destacar que:

a) o acesso da criança de seis anos de idade ao ensino fundamental é um direito constitucional, portanto deve ser assegurado.

b) de acordo com o Art. 5º da LDB 9394/96, o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público acionar o Poder Público para exigi-lo. E ainda, no parágrafo 4º, comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade. c) todos os sistemas de ensino adotaram o ensino fundamental de nove anos até 2010, o que significa dizer que deverá estar planejado e organizado até 2009 para que ocorra a sua implementação no ano seguinte. ” (Ensino Fundamental em 9 anos –Passo a passo da implantação, MEC, 2009)

Com a industrialização e o crescimento desordenado das áreas urbanas, as autoridades de saúde passaram a ter uma maior preocupação com o impacto de um novo estilo de vida sobre a saúde da população, especialmente, em relação às práticas de atividade física associadas à saúde e ao bem-estar das crianças e dos adolescentes (FERNANDES et al., 2009; FARIAS et al., 2011).

Sabe-se que a inatividade física resulta em maior custo econômico para a sociedade, sendo considerado um problema de saúde pública, como já foi

comprovado em diversos estudos (HALLAL et al., 2006; FARIAS JÚNIOR et al., 2012). Diferentes estudos demonstram que este fator de risco está associado à obesidade, hipertensão, estresse, ansiedade, que pode levar o indivíduo a uma morte prematura (OLIVEIRA, 2010). Conforme o autor, a atividade física tem importância na vida do indivíduo em sociedade, evitando certos fatores de risco ligado ao álcool, drogas e tabagismo, concorrendo assim para uma convivência saudável. Portanto, a escola poderá contribuir na educação para a saúde, fazendo com que o escolar possa aumentar seus níveis de atividade física no ambiente extraescolar.

Para isso, precisa-se desenvolver uma potência aeróbica nestas crianças e adolescentes, que de acordo com Arruda et al. (2008) o valor da potência aeróbia ocorre quando um indivíduo torna-se apto a um treinamento de grande nível, permitindo recuperação entre duas ou mais ações. Vale destacar que nos estudos com jovens, é possível verificar a relação com o crescimento físico e maturação biológica.

Para que isso ocorra é necessário que a escola desenvolva juntamente com os alunos e professores um treinamento adequado, possibilitando desta forma um estilo de vida mais saudável para estes adolescentes, pois segundo Matsudo e Matsudo (2005), o estilo de vida fisicamente ativo pode atuar como forma de prevenção, controle, tratamento ou reabilitação, proporcionando desta forma diversos benefícios para a saúde.

Sabemos que a atividade física é importante em todas as fases da vida. Particularmente na adolescência (Fase que corresponde ao ensino Fundamental) além de contribuir na aquisição de hábitos saudáveis, a atividade física melhora a qualidade de vida, pois evita o sedentarismo e a obesidade, prevenindo o desenvolvimento de muitas doenças como HAS (Hipertensão Arterial Sistêmica), Aterosclerose, Diabetes, Cardiopatias e muitas outras, na vida adulta.

A escolha do esporte merece muita atenção. Devem-se levar em consideração as aptidões físicas e as condições socioeconômicas da família. Entretanto, é fundamental que o adolescente escolha um esporte que goste. Somente desta forma ele será capaz de se praticá-lo com a frequência necessária para gozar dos benefícios que este lhe proporcionará. É aconselhável que os pais ofereçam condições para que o adolescente obtenha informações e até mesmo experimente diversos esportes. É importante que a

escolha do esporte seja consciente e livre de preconceitos, assim como, que a mesma seja respeitada e estimulada pela família.

3 A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Entender o homem em seu contexto e suas relações sociais é responsabilidade da Educação, nesse aspecto, pode-se dizer que uma prática pedagógica da Educação Física, também tem a finalidade de formação plena dos alunos dentro de propostas mais ampla de sociedade. Dessa forma, é possível afirmar que nenhum aspecto deve ser ignorado no contexto tanto escolar, e na sociedade. Pois, o homem por ser sujeito, construtor direto, desta sociedade deve compreendê-la dentro de sua complexidade. Assim, no tocante de Educação Física, que o professor desta prática tenha uma ampla visão da sociedade, para que desenvolva o trabalho de formação dos alunos dentro de uma perspectiva e paradigmas que necessários para a sociedade do século XXI, como explica a autora Carmo:

[...] a necessidade do professor de Educação Física conquistar um nível de consciência crítica que lhe possibilite compreensão mais ampla e clara do significado de Sociedade, da Educação, da Escola, da Educação Física, de forma que venha perceber os determinantes que limitam sua atuação pedagógica, para assim, valendo-se de uma postura crítica, desenvolver sua atuação com competência técnica aliada a uma consciência política (CARMO apud CAPARROZ, 1997, p. 158).

Como se pode verificar na citação a formação do ser politizado é responsabilidade de todos. É mostrado na “LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de Dezembro de 1996, tornou obrigatório o ensino da Educação Física escolar nas escolas de ensino básico” (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). (PLANALTO, 2006, p.47), antes era obrigatório apenas a partir do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio. Porém essa falta de obrigatoriedade não respeitava o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990), nele diz que “a criança e o adolescente tem direito a educação, a cultura, ao esporte e ao lazer” (APOSTILAS & CURSOS, 1990 p.6) também contrariava a Carta Internacional da Educação Física e do Desporto (aprovada em 21 de Novembro de 1978 pela conferência geral da UNESCO em sua 20ª reunião, celebrada em Paris), que diz em seu artigo 1º que “é direito fundamental de todo ser humano de praticar Educação Física e o desporto”(CONFEEF, 2006).

Educar vai além da transmissão de conhecimentos em dentro de salas de

aula. De acordo com BARBOSA (2001 p.19)

É esse poder legal, representado por leis e decretos, que confere a Educação Física o “status” de disciplina obrigatória do currículo escolar da Educação Básica, permitindo que sua ação pedagógica se exerça com autoridade e legitimidade, ainda que construídas sobre conceitos estereotipados e comprometidos com interesses capitalistas.

A análise, de Barbosa, nos remete a afirmar que Educar, a partir da Educação Física, também é um dos caminhos para promover a experiência do pensar autônomo, uma que a lei prescreve e a ação pedagógica na Educação Física, oportuniza a produção, redefinição de “novos” conhecimentos, pois entende-se, que o saber não é dogmático, estático, fragmentado, mas esta em constante vir a ser.

A questão da Educação Física, na formação do aluno, fica mais justificada nos estudos BRANDÃO (1980 apud JERONIMO, 1998, p.4), quando diz que a Educação Física escolar:

É importante, pois educa pelo movimento o individuo por completo. Por isso a Educação Física não educa o físico, educa o movimento que o corpo realiza. [...] Através da Educação Física escolar o individuo poderá se tornar capaz de pensar, sentir e realizar os movimentos. Poderá ser capaz de criar meios para satisfazer-se de maneiras prazerosas em seus momentos de lazer. Por isso também a Educação Física é EDUCAÇÃO.

Desta forma considera-se que “a educação física escolar está na formação das crianças, principalmente enfatizando o quanto pode ser importante à motricidade para o desenvolvimento da inteligência, dos sentimentos e das relações sociais” (FREIRE, 1992 p.15).

COSTA (1983 apud JERONIMO, 1998, p. 4) diz que “a Educação Física praticada nas escolas de 1º grau, assume a formação integral do homem ajuda-o a conhecer-se, dominar-se, a relacionar-se com os outros e com o mundo e buscar, a sua autonomia”.

A sociedade, em grande parte, vê a Educação Física escolar como “uma disciplina responsável apenas pela prática de treinamento desportivo e pela prática recreativa e/ou de lazer” como alerta (BARBOSA, 2001 p. 17), sem se interessar com a real finalidade e importância da disciplina. Veem apenas como aula de recreação, sem nenhuma fundamentação para a vida das crianças seja esta no aspecto cognitivo, psicológico, biológico. “Há casos de pais que acham que a

Educação Física é aula de bagunça, sem conteúdo, dizem que “brincar, meu filho brinca em casa” ignorando ou mesmo desconhecendo o verdadeiro propósito didático-pedagógico da Educação Física”.

Continuando a análise, estudiosos do assunto chama a atenção da escola, pois esta como instituição que oportuniza os alunos ao aprendizado do mundo letrado tem a obrigação de possibilitar que os alunos, profissionais da educação em geral e comunidade escolar para tornam-se conhecedores da importância da Educação Física escolar na formação dos alunos dentro de uma visão de vida com mais sustentabilidade.

Outro ponto relevante a destacar é que, além da visão restrita da família sobre a importância da Educação Física, para a aprendizagem e a própria vida das crianças, na escola, também existe a percepção dos próprios profissionais da educação. No caso dos professores, alguns continuam desvalorizando esta vertente da Educação observar-se isso quando verbalizam o seguinte parecer sobre a Educação Física: “Crianças, agora vocês vão para aula de recreação”? Ou até mesmo “ a (o) tia (o) de recreação chegou”. Geralmente, estas são as falas dos profissionais da Educação. Infantil ou aqueles que não têm conhecimento sobre a mesma. São poucos os professores das outras áreas que reconhecem de fato a importância da disciplina, em alguns casos acham que é importante apenas para tirá-los de sala por algum tempo para que o (a) professor (a) da sala possa descansar. Ela dá ênfase apenas a educação do físico.

A Educação Física, centrada na abordagem tradicional, dentro da escola é considerada por muitos (sociedade e integrantes da própria instituição de ensino) como um momento de brincadeiras jogadas e sem sentido ou como treinamento desportivo onde as relações entre professores e alunos passam a ser vista como: “professor-treinador e aluno-atleta” (MATTOS e NEIRA, 2000 p. 10). Isto contribui para “colocar os alunos como ‘máquinas de rendimento’ as quais tem por fim atingir a capacidade de obtenção dos melhores resultados nas competições interescolares” (COSTA, 2003 p. 12). Essa Educação Física era pertinente nas décadas de 70, 80 e não a Educação Física de hoje, que ao longo dos anos foi evoluindo e se modificando, através de pesquisas e estudos e finalmente somos reconhecidos como educadores, apesar de muitas pessoas ainda ignorarem essa conquista.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacional (PCNs), o Ensino Médio enquanto etapa de uma educação de caráter geral, deve esta afinado com a

construção de competências que situem o educando “como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho” (BRASIL, 1999, p.22).

Com relação à Educação Física no Ensino Médio, os PCNs, indicam algumas propostas para o seu desenvolvimento orientando, de maneira objetiva, os profissionais da disciplina para que possam trabalhar de forma lúdica e educativa, permitindo que os alunos aprendam diferentes conteúdos, tornando-se cidadão capaz de resolver diferentes situações da vida cotidiana.

Ainda analisando o citado documento, a Educação Física Escolar no Ensino Médio tem como objetivo acrescentar e aprofundar conhecimentos, ou seja, colocam que “a prática da Educação Física na escola poderá favorecer a autonomia dos alunos para monitorar as próprias atividades, regulando o esforço, traçando metas, conhecendo as potencialidades e limitações, sabendo distinguir situações de trabalho corporal que podem ser prejudiciais a sua saúde. Mas, que isto seja vivenciado dentro da escola o PCN (BRASIL, 1999, p. 156) descreve “ A Educação Física precisa buscar sua identidade como área de estudo fundamental para a compreensão e entendimento do ser humano, enquanto produtor de cultura”.

Para tanto, os professores devem ter um planejamento de atividades de acordo com a escola e a equipe pedagógica, utilizando seus conhecimentos e desenvolvendo projetos, aulas que venham ao encontro dos interesses e necessidades dos alunos. E principalmente, levar em conta a proposta do Projeto Político Pedagógico da escola. Continuando a análise o PCN também afirma

Uma Educação Física atenta aos problemas do presente não poderá deixar de eleger, como uma das suas orientações centrais, a da educação para a saúde. Se pretende prestar serviços à educação social dos alunos e contribuir para uma vida produtiva, criativa e bem sucedida, a Educação Física encontra, na orientação pela educação da saúde, um meio de concretização das suas pretensões. (BRASIL, 1999, p.156)

A citação mostra que é de fundamental importância professor de Educação Física desempenhar seu papel com seriedade e compromisso com a formação das crianças, bem como estará executando a proposta pedagógica da escola.

No PCN (BRASIL, 1999, p.164), encontra-se descrita as principais competências e habilidades a serem desenvolvidas na Educação Física no Ensino Médio: Espera-se que, no decorrer do Ensino Médio, em Educação Física, as seguintes competências sejam desenvolvidas pelos alunos:

- Compreender o funcionamento do organismo humano, de forma a reconhecer e modificar as atividades corporais, valorizando-as como recursos para a melhoria de suas aptidões físicas;
- Desenvolver as noções conceituais de esforço, intensidade e frequência, aplicando-as em suas práticas corporais;
- Refletir sobre as informações específicas da cultura corporal, sendo capaz de discerni-la e reinterpretá-las em bases científicas, adotando uma postura autônoma na seleção de atividades e procedimentos para a manutenção ou aquisição da saúde;
- Assumir uma postura ativa, na prática das atividades físicas, e consciente da importância delas na vida do cidadão;
- Compreender as diferentes manifestações da cultura corporal, reconhecendo e valorizando as diferenças de desempenho, linguagem e expressão;
- Participar de atividades em grandes e pequenos grupos, compreendendo as diferenças individuais e procurando colaborar para que o grupo possa atingir os objetivos a que se propôs;
- Reconhecer na convivência e nas práticas pacíficas, maneiras eficazes de crescimento coletivo, dialogando, refletindo e adotando uma postura democrática sobre os diferentes pontos de vista propostos em debates;
- Interessar-se pelo surgimento das múltiplas variações da atividade física, enquanto objeto de pesquisa, áreas de grande interesse social e mercado de trabalho promissor;
- Demonstrar autonomia na elaboração de atividades corporais, assim como capacidade para discutir e modificar regras, reunindo elementos de várias manifestações de movimento e estabelecendo uma melhor utilização dos conhecimentos adquiridos sobre a cultura corporal.

Conforme a teoria apresentada nos PCNs, a educação física pode influir no desenvolvimento sócio cultural, na convivência em grupo na disciplina do educando obedecendo a determinadas regras, além do benefício corporal para a saúde física e mental do educando.

É importante ressaltar que estes objetivos devem ser atingidos a partir da utilização de estratégias diversificadas, desde o ensino e a vivência de modalidades esportivas, até a experimentação de linguagens como os jogos, a dança o circo, entre outras. De acordo com o PCN os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (BRASIL, 1999, p. 158). Assim, é possível observar a dimensão didático-pedagógica, que os PCN's propõe trabalhar pelos caminhos da educação, em específico, a educação física.

3.1 - Educação física escolar e a lei de diretrizes e bases da educação (9394/96).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 17 de dezembro de 1996 (LDB – 9394/96), trouxe em seu texto, referente à Educação

Física, a seguinte redação em seu artigo 26, parágrafo 3º: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996).

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) muda consideravelmente o cenário para a Educação Física, uma vez que propôs considerá-la como componente curricular, assim como todas as demais disciplinas do currículo. Essa mudança apontou para avanços significativos, pelo menos perante a legislação, pois permitiu vislumbrar uma Educação Física diferente da praticada até então. (Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999, p. 45).

Apesar da lei (que foi sancionada em 1996), a realidade da Educação Física no nosso país é outra. Na educação infantil, é frequente se ver escolas (privadas ou públicas), que não ofereçam a Educação Física aos alunos. Algumas escolas oferecem ao 1º ciclo do ensino Fundamental (1º ano ao 5º ano), porém, se vê disciplina frequentemente, apenas no 2º e 3º ciclo (Fundamental II e Ensino Médio). A afirmativa acima não se dá principalmente em escolas da rede pública, a qual deveria dar o exemplo. Estados e Municípios, através de suas secretarias de educação, não executam a lei como ela realmente é determinada, deixando desse modo uma grande lacuna dentro do processo de educação, pois, quando não vivenciamos esta de forma harmônica, sequenciada nos setores e de forma continua pouco se tem a avaliar. Uma vez que outros problemas vão chegando e de certa forma vai ficando mais difícil de rever coisa do passado.

3.2 - Educação física escolar do ensino fundamental, quem deve aplicar?

Esta é uma questão complexa e discutida entre a gestão da escola. Pois, este trabalho, ou seja, prática não deve ser desenvolvida por qualquer profissional. Pois, existe normais, regras a serem seguidas como prescreve o CONFEF (Conselho Federal de Educação Física) diz em seu 2º capítulo art. 9º que:

O profissional de Educação Física é especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações- ginásticas exercícios físicos (...) lazer, recreação (...) sendo de sua competência prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde(...).

Como é observada a Educação Física, seja ela na escola ou em qualquer outro local, deve ser aplicada por um profissional devidamente graduado em Educação Física. Porém, se analisarmos, não é o que acontece na educação infantil e nem no 1º ciclo do ensino fundamental. A função de introduzir as “brincadeiras” acaba ficando para a (o) professor responsável da classe. O PCN da Ensino Fundamental diz que o aluno deverá ser capaz de enfrentar desafios corporais em jogos e brincadeiras, respeitando regras; interagir com os colegas sem discriminar por razões físicas, socioculturais ou de gênero; enfrentar situações de competição respeitando regras; estabelecer relações entre a prática de exercícios e a saúde; valorizar e vivenciar manifestações da cultural corporal de maneira receptiva.

De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB 9394/96), a Educação Física deve estar presente em todo o Ensino Básico, sendo componente curricular obrigatório da Educação Infantil ao Ensino Médio (LDB, art. 26, § 3º).

A respeito da formação profissional exigida para lecionar na educação básica, a LDB admite nível superior para profissionais de Educação Física, como formação mínima. Para o exercício do magistério na educação infantil e no 1º ciclo do ensino fundamental a modalidade Normal, oferecida em nível médio (Art. 62).

Porém, de acordo com o texto da lei, gera-se uma brecha nela, possibilitando a atuação de dois profissionais nesta função. Fica claro que é de responsabilidade do professor. O mesmo deverá ter, como formação o curso Normal e/ou com nível superior em Pedagogia, e o professor especialista, graduado em licenciatura plena em educação física, também em nível superior.

Sendo assim, quem deve ministrar as aulas de educação física nessas séries?

Na LDB, encontramos de forma explícita a obrigatoriedade da educação física em toda a Educação Básica, **isto é da Educação Infantil ao Ensino Médio**. Mais não diz qual profissional é responsável pela aplicação da matéria.

Na Educação Infantil e no 1º ciclo do ensino Fundamental, é costume que haja apenas um professor para as matérias. E não um professor de história para lecionar história, um matemático para o ensino da matemática. Mas será que esses professores estão preparados para ministrar as aulas de Educação Física?

Segundo Devide (2013 p.25) “como um profissional de educação, sem formação superior em Ensino Fundamental, terá condições de desenvolver um

trabalho com os seus alunos, com fins de atingir sequer uma pequena parte destes aspectos propostos pelo PCN de Ensino Fundamental? ”

Há alguns anos atrás, era comum que os cursos de graduação em pedagogia, não tivessem tanta preocupação com o ensino da Educação Física, hoje em, dia isso vem mudando, sendo clara a atual preocupação em dar bases aos futuros pedagogos no que diz respeito a Educação Física. Porém, essa base diz respeito à orientação e não a aplicação real da disciplina. Segundo Sayão (2002, p.56) falta ao educador à vivência de experiências corporais lúdicas através da brincadeira e dos jogos, para completar a sua ação pedagógica com as crianças.

No que diz respeito aos cursos de Formação de professores (Ensino Médio) Ayoub (2005, p.144) afirma que “temas relacionados à área da educação física raramente são estudados nos cursos de formação de professores, ou, quando são, acabam sendo abordados equivocadamente de forma reducionista.”.

Sabe-se que o curso normal do ensino médio e o normal superior são frágeis e na maioria das vezes não instrumentaliza os futuros professores a atuarem com a Educação Física no primeiro segmento de ensino (Freire, 1992, p.61)). Muitas vezes, inclusive, as aulas destes cursos reproduzem aulas tradicionais, em que o aspecto motor, com ênfase no esporte como conteúdo central, a execução de fundamentos esportivos, a *performance* técnica e o ensino de regras são os objetivos finais, balizando critérios de avaliação (Barbosa, 1999).

O profissional de Educação Física deve ainda estar atento às fases do desenvolvimento motor, para criar aulas cada vez mais atraentes e conseguir assim obter êxito nos objetivos propostos.

Sendo assim, se o profissional de Educação Física estuda, se capacita para tal por que deixar que outros profissionais ministrem as aulas?

Além disso, o CONFEF (Conselho *Federal* de Educação Física), junto com os CREF's (Conselho *Regional* de Educação Física) diz em seu estatuto, que as atividades físicas devem ser ministradas por profissionais graduados em Educação Física, sendo considerado exercício ilegal da profissão quando ministradas por não profissionais da área. Deixa claro em seu capítulo II 8º artigo, as atribuições do profissional de Educação Física.

Compete exclusivamente ao profissional de Educação Física, coordenar, planejar, programar, prescrever, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, orientar, ensinar, conduzir, treinar administrar, implantar, implementar, ministrar, analisar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como, prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas, desportivas e similares.

Fica claro no CONFEF, a definição da atividade física sendo “todo movimento corporal voluntário humano, que resulta num gasto energético acima dos níveis de repouso, caracterizado pela atividade do cotidiano e pelos exercícios físicos”.

3.3 - Característica Faixa etária do aluno do fundamental

A adolescência é considerada um período da vida do ser humano que apresenta diversas transformações no processo de crescimento e desenvolvimento decorrentes da fase de transição da infância para a vida adulta. Período também quando há o surgimento ou o agravamento da obesidade, a situação torna-se ainda mais problemática (FERRIANI et al., 2005, p.30).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), considera o adolescente, aquele está na faixa etária dos doze aos dezoito anos de idade. O documento determina em seu artigo 3º que “os adolescentes gozem de todos os direitos humanos, devendo ser assegurado a estes, seja por meio de leis ou outros meios, as oportunidades para o seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Ainda neste contexto no Art.4 o ECA (1990) entende que “é dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade”.

De acordo com Perrioto (2010, p.19), em todas as esferas da sociedade, o comportamento dos adolescentes está diretamente ligado com o ambiente em que vive, sofrendo influencia da família, professora (a escola) e de amigos. Todas essas influências do meio contribuem para a sua formação que é aos poucos traduzida nas suas relações interpessoais e intrapessoais.

As maiores prevalências de sobrepeso em populações de adolescentes no Brasil são encontradas nas populações que possuem melhores condições financeiras, já na classe mais pobre essa prevalência diminui. O autor destaca ainda que o número de adolescentes com sobrepeso nas classes mais baixas vem aumentando (GOMES et al., 2009, p. 68).

Portanto, a escola, tem um papel fundamental como veículo propiciador para as modificações no estilo de vida destes adolescentes, como também existe a necessidade de que os órgãos públicos estimulem os adolescentes a manterem um padrão de qualidade de vida, informando-lhes sobre os riscos de uma dieta desequilibrada, e da inatividade física. Promovendo, portanto, meios para que tenham bons hábitos alimentares e prática regular de atividade física.

3.4 - Valor e benefícios da atividade Física

A atividade física esta associada a benefícios positivos para a saúde como o controle do peso e de algumas doenças crônicas como hipertensão arterial e diabetes, além da diminuição de risco de ocorrências de outras doenças, como a coronariana (PAES et al., 2008, p.59).

Nas últimas décadas, observa-se um aumento considerável do número de adolescentes que não praticam nenhuma atividade física regular. Este fato pode influenciar o surgimento de inúmeras doenças, como a diabete, hipertensão, obesidade, doenças cardiorrespiratórias, entre outras de natureza crônica em adolescentes e, conseqüentemente, indicar forte tendência de se tornar um adulto sem nenhuma atividade física (LIPPO et al., 2010, p.35).

De acordo com Madureira et. al.(2003) pode ser considerada atividade física, todo e qualquer movimento corporal em que o individuo consuma energia acima do nível normal de repouso, não apenas as atividades de lazer, como também o trabalho domestico, são considerados, exercícios saldáveis, os quais exclui o individuo da classe dos sedentários.

Para Pinho (1997, p.39), a atividade física pode ser expressa, a saber pela soma do trabalho executado (carga), o período de atividade (tempo) e as unidades de movimentos (tipo) associados a 3 dimensões, caracterizadas pela duração, frequência e intensidade do trabalho.

A prática da atividade física promove a melhora da composição corporal, diminuição de dores articulares, o aumento da dimensão mineral óssea, a melhora da utilização da glicose, a melhora do perfil lipídico, o aumento da capacidade aeróbia, a melhora da força e da flexibilidade, a diminuição da resistência vascular (FRANCHI; MONTENEGRO JUNIOR, 2005, p.66). Estas melhorias na saúde do indivíduo, podem ocorrer tanto a curto prazo ou longo prazo, desde que se mantenha uma prática de atividade física regular.

Também como benefícios da prática de uma atividade física regular, Matsudo et al. (2001) comprova em pesquisas a redução de gastos com remédios para tratamentos de doenças relacionadas à inatividade física. Caso contrário, a inatividade física resulta em um maior custo econômico para o indivíduo, família e sociedade. Diante da exposição teórica sobre a importância da Educação Física, na vida das pessoas, dos alunos, na realidade se observa que o número de pessoas é grande que não praticam com regularidade esta atividade, mesmo todas sabendo que é um dos pré-requisitos para a soma de uma qualidade de vida mais saudável.

3.5 - Atividade física nas escolas de Mato Grosso - PB

A educação física como disciplina escolar nas séries do ciclo I, que corresponde de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, era muito resumida e pouco explorada, tanto na parte teórica como na prática. A parte mais trabalhada era a recreação, fundamentada somente como brincadeiras, sem exploração da importância do desenvolvimento de aprendizagem ou os benefícios que a prática trás para a saúde das crianças.

Os campeonatos escolares eram realizados somente com jogos recreativos, com a finalidade de proporcionar diversão e entretenimentos as crianças participantes, no entanto, os jogos recreativos podem ter um papel educativo, ajudar o estímulo mental e físico e contribuir para o desenvolvimento das habilidades práticas e psicológicas.

Desde o ano de 2006, que esta história vem mudando, a teoria trabalhada com relação a educação física em sala de aula começou a ser mais aprofundada e explorada, na prática também foi aberto espaços para a prática de modalidades esportivas como o handebol feminino e masculino.

Para chegar a bons resultados, foram trabalhados muito a parte teórica e dessa teoria vinculava-se com a prática. O desenvolvimento das equipes em quadra, os treinamentos no processo de aprendizagem das regras do esporte praticado.

Atualmente a escola dispõe de equipes formadas e preparadas para a prática da modalidade handebol, com participação representativa tanto nos jogos escolares do nosso município, como na nossa região.

Todo esse processo foi êxito de um vasto trabalho, enfrentando dificuldades, na forma de estar buscando uma nova prática para o desenvolvimento de aprendizagem e regras afetiva na construção do respeito, através do trabalho em equipe, aprendendo os valores da participação, visando o objetivo de ser vitorioso, seja ganhando ou perdendo pois ser vitorioso não é só aqueles que são os que chegam em 1º lugar nos jogos, mas sim que se respeitam e fazem da vitória do outro sua própria vitória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física escolar, como propôs Mariz de Oliveira (1995), deve ser entendida como um componente curricular, que como qualquer outro procura possibilitar ao aluno a aprendizagem de determinados conhecimentos.

Compreender melhor a organização desses conhecimentos e a consequente construção do currículo da Educação Física na escola deve ser uma das prioridades dos estudiosos da área. Nas obras aqui analisadas foi possível perceber que há um conjunto de conhecimentos bastante abrangente e a indicação de alguns caminhos para a organização desse currículo. Assim, partindo das proposições apresentadas nessas obras é necessário detalhar, explicitar e identificar relacionamentos entre diferentes elementos do conhecimento. Esses conhecimentos, relacionados a fatos, conceitos, princípios, procedimentos, atitudes, normas e valores devem acompanhar o ser humano durante toda a sua vida, e nessa perspectiva, a Educação Física passa a ser caracterizada não apenas como algo que se faz, mas como algo que se estuda e que se sabe.

Especificamente, para que o aluno saiba Educação Física é necessário que ele tenha construído conhecimentos relacionados não apenas ao jogo, ao esporte, à dança, às lutas ou à ginástica, mas sobre o movimento humano de forma geral, que por vezes se manifesta nesses fenômenos, mas que pode também aparecer fora deles. A aprendizagem desses conhecimentos tem como objetivo tornar a pessoa mais capacitada para utilizar, de forma ótima, suas possibilidades e potencialidades para mover-se de forma genérica ou específica, para que, em correspondência ela possa ser capaz de adaptar-se às mais diversas situações em que são realizados os movimentos.

Além disso, o ser humano, nessas condições será capaz de utilizar-se de movimentos para interagir com outros seres humanos, e até poderá transformar o meio em que vive, solicitando espaços adequados à prática de atividades motoras, ou um ambiente de trabalho que não lhes seja prejudicial, buscando assim melhora em sua qualidade de vida.

5 REFERÊNCIA

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – Educação Física. Brasília, 1997.391

_____, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica / Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica / Brasília: Ministério da Educação, 1999.

Ministério da Educação. Lei 10.793, de 1/12/2003. Altera a redação do artigo 26 § 3º, e do artigo 92 da Lei 9.394, de 20/12/1996. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em www.planalto.gov.br Acesso em 12/06/2014.

ARRUDA, Miguel de; MARIA, Thiago Santi; MATHIAS, Fábio Henrique; HESPANHOL, Jefferson Eduardo. **Efeitos do treinamento da potência aeróbia após oito semanas de preparação em futebolistas púberes da categoria sub-15.** Revista Brasileira de Ciências da Saúde, São Paulo, ano VI, n. 16, p. 11-17, abr/jun. 2008. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/370>. Acesso em: 28 ago. 2012.

FARIAS, TÂMINEZ DE AZEVEDO; OMENA, CLISIVALDO DE OLIVEIRA; HARTMANN, CASSIO; CUNHA JUNIOR; ARNALDO TENÓRIO; CARVALHO, JOSÉ ACIOLY. **Atividade física habitual e sua relação com o nível de aptidão física dos alunos do instituto federal de alagoas – IFAL (TÂMINEZ DE AZEVEDO FARIAS et al 2009 ou 2011)**

FARIAS JÚNIOR, Jose Cazuzo de; LOPES, Adair da Silva; MOTA, Jorge; SANTOS, Maria Paula; RIBEIRO, José Carlos; HALLAL, Pedro Curi. **Validade e reprodutibilidade de um questionário para medida de atividade física em adolescentes:** uma adaptação do Self- Administered Physical Actinity Checklist. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 198-2010, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2012000100018&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 set 2012.

FERNANDES, Rômulo Araújo; SPONTON, Carlos Henrique Grossi; ZANESCO, Angelina. **Atividade Física na Infância e na Adolescência promove efeitos benéficos na saúde de adultos.** Revista SOCERJ, Rio de Janeiro, p. 265-372, nov/dez, 2009. disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2009_06/a2009_v22_n06_03aorferrandes.pdf. Acesso em: 20 ago 2012.

FERRIANI, M. G. C.; DIAS, T. S.; SILVA, K. Z da.; MARTINS, C. S. Autoimagem corporal de adolescentes atendidos em um programa multidisciplinar de assistência ao adolescente obeso. **Rev. Brás. Saúde Matern. Infant.**, Recife, v.5, n.1, p.27-33, 2005.

FONTANIVE, R. PAULA, T.P de. PERES, W. A. F. Avaliação da composição corporal de adultos. In: DUARTE, A.C. G. Avaliação nutricional: aspectos clínicos e laboratoriais. 1. Ed. São Paulo: Atheneu. 2007.

FRANCHI, Kristiane Mesquita Barros; MONTENEGRO, J. R. ; Renan Magalhães. **Atividade física : uma necessidade para uma boa saúde na terceira idade.** RBPS. V. 18, n. 3, p. 152-156, 2005.

GOMES, F. da S. ANJOS, L. A. dos VASCONCELLOS, M. T. L. de. Associação entre o estado nutricional antropométrico e a situação socioeconômica de adolescentes em Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública.** Vol.25. N.11. pg.2446-2454. Rio de Janeiro, 2009.

HALLAL, Pedro Curi ; BERTOLDI, Andréa Dâmaso ; GONÇALVES, Helen ; VICTORA, Cesar Gomes. **Prevalência de sedentarismo e fatores associados em adolescentes de 10-12 anos de idade.** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, jun 2006. Disponível em : < http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000600017&lang=pt&lng=>. Acesso em : 10 jun 2012.

KISS, Maria Augusta Peduti Dal'molin. ED. **Esporte e exercício- Avaliação e prescrição.** São Paulo : Roca. 2003.

LAZZOLI, J.K.; NÓBREGA, A.C.L.; CARVALHO, T.; OLIVEIRA, M.A.B.; TEIXEIRA, J.A.C.; LEITÃO, M.B.; LEITE, N.; MEYER, F.; DRUMMOND, F.A.; PESSOA, M.S.V.; REZENDE, L.; DE ROSE, E.H.; BARBOSA, S.T.; MAGNI, J.R.T.; NAHAS, R.M.; MICHELS, G.; MATSUDO, V. Atividade física e saúde na infância e adolescência. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 1-3, jul./ago. 1998.

LIPPO, B. R, da Silva, I. M, Aca, C. R, de Lira, P. I, da Silva, G.A, Motta, M.E. **Fatores eterminantes de inatividade física em adolescentes de área urbana.** J Pediatr (Rio J). 2010;86(6):520-524.

MATSUDO, S.M. ARAÚJO, T.; MATSUDO, V.R.; ANDRADE, D.;ANDRADE,E OLIVEIRA,L.C.; BRAGGION,G. **Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ): Estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil.** Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v.6, n.2, p.5-18, 2001.

MARIZ DE OLIVEIRA, J. G. Educação Física: entendimento do termo. São Paulo, 1995. Não publicado.

PAES, Joelma Oliveira *et al.* Impacto do sedentarismo na incidência de doenças crônicas e incapacidades e na ocorrência de óbitos entre os idosos do municípios de São Paulo. **Revista Saúde Coletiva**. V. 24, n. 05, p. 183-188, 2008.

PERIOTO, Joaquim Felipe Machado. **Relação entre o nível de atividade física, estado nutricional e classe econômica de escolares**. 2010. 64f. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

PETROSKI, Edio Luiz. **Antropometria: técnicas e padronizações**. 4 ed. Porto Alegre: Pallotti, 2009. 182p.

PIMENTA, Fabrício Ramos do Prado. **Avaliação da Potência Aeróbia no Futebol**. São Paulo: [s.n.], 2007. 38p. Monografia (Bacharelado em Educação Física) - Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.

PINHO; Ricardo A. de; PETROSKI, Edio Luiz. **Nível de atividade física em crianças**. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v.2, n. 3, p. 67-79, 1997. Disponível em: < <http://www.sbafs.org.br/artigos/130.pdf>>. Acesso em: 02 ago 2012.

PROESP – BR, **Projeto Esporte Brasil**. 2004. Disponível em: <<http://www.proesp.ufrgs.br/proesp/>>. Acesso em: 7 dez 2011, 13:30:40.

THOMAS, J.R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S.J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TOIGO, Adriana Marques. Níveis de atividade física na educação física escolar e durante o tempo livre em crianças e adolescentes. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*. Cidade. V. 6, n.1. 2007, p. 45-56.

Madureira, Alberto Saturno; Fonseca, Silvio Aparecido; Maia, Maria de Fátima M. **ESTILO DE VIDA E ATIVIDADE FÍSICA HABITUAL DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano* Volume 5 - Número 1 - p. 54-62 – 2003

Oliveira, Thiara Castro; Silva, Antônio Augusto Moura; Santos, Cristiane de Jesus Nunes; Silva, Josenilde Sousa; Conceição, Sueli Ismael Oliveira. **Atividade física e sedentarismo em escolares da rede pública e privada de ensino em São Luís**. *Rev Saúde Pública* 2010;44(6):996-1004

Revista Digital - Buenos Aires - Ano 14 - Nº 133 - Junho de 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd133/atividade-fisica-em-alunos-do-ensino-medio.htm>. Acesso em 20 março de 2012.

ZIRBES, Marcos Vinícius; GONÇALVES, Andréa Krüger. **Nível de atividade física em alunos do ensino médio de escolas particulares de Montenegro, RS.**